



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR

1ª Câmara de Direito Público
RECURSO DE AGRAVO nº 0246235-3/01
Agravante: MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES
Procurador: Dr. Luiz Keherle Cordeiro Bezerra
Agravado: COHAB - PE
Relator: DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS

EMENTA: TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. PRIMEIRO DIA DO EXERCÍCIO FISCAL. JUÍZO DE RETRATAÇÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO 543-C, § 7º, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL PARA ADEQUAR A FUNDAMENTAÇÃO E REFORMAR A DECISÃO. MATÉRIA JULGADA EM SEDE DE RECURSO REPETITIVO PELO C. STJ (REsp. nº 1.111.124/PR). CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA. ENTREGA DO CARNÊ. TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO. DATA DE VENCIMENTO DO IMPOSTO. RECURSO DE AGRAVO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1 - Impõe-se a adequação do julgado deste Tribunal ao entendimento firmado pela STJ no REsp. nº 1.111.124/PR, no qual se reafirmou a jurisprudência no sentido de que em relação ao IPTU, o fato gerador ocorre em 1º de janeiro, prazo a partir do qual a autoridade fiscal deverá lançar a exação; a constituição definitiva do crédito de IPTU ocorre com a entrega do carnê; e o termo inicial da prescrição para sua cobrança é a data de vencimento do imposto.

2 - Recurso de agravo provido para afastar a prescrição decretada pela sentença de primeiro grau e determinar o retorno dos autos à vara de origem para prosseguimento da execução fiscal.

3 - Decisão unânime.

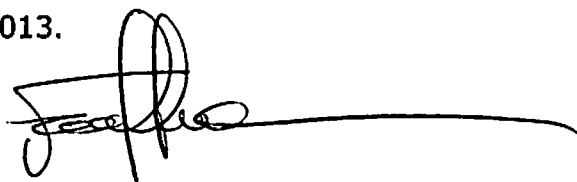
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Agravo nº 0246235-3/01, em que figuram como agravante o Município de Jaboatão dos Guararapes e agravado a COHAB - PE.

122 ✓

ACORDAM os Desembargadores que integram a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, com fundamento na disposição contida no art. 543-C, § 7º, II, do CPC, em reformar os termos do acórdão outrora exarado pela Egrégia Sétima Câmara Cível, para que seja dado provimento ao presente recurso de agravo e, por conseguinte, dar provimento ao apelo do ora agravante, para que seja afastada a prescrição decretada pela sentença de primeiro grau e determinar o retorno dos autos à vara de origem para prosseguimento da execução fiscal, tudo na conformidade do relatório e voto constante deste julgamento.

Recife, 24 / 09 / 2013.



DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS
RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR

1ª Câmara de Direito Público
RECURSO DE AGRAVO nº 0246235-3/01
Agravante: MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES
Procurador: Dr. Luiz Keherle Cordeiro Bezerra
Agravado: COHAB - PE
Relator: DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS

RELATÓRIO

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR FERNANDO
CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS, RELATOR:

Vistos etc.

Trata-se de juízo de retratação de recurso de agravo interposto contra os termos de terminativa proferida, em autos executivos fiscais, que negou seguimento a recurso de apelação cível, confirmando a sentença exarada que reconheceu a prescrição do crédito tributário.

Em suas razões de inconformismo sustentou a parte recorrente que:

(I) somente após o prazo de pagamento ou o prazo recursal, que tiveram início com a notificação do lançamento, é que começa a correr o prazo prescricional;

(II) a pretensão executiva da Fazenda Pública não está prescrita, visto que a execução foi protocolada em 30.01.2008, quando o quinquênio prescricional integralizar-se-ia em 17.02.2008.

Pleiteou, por tais razões, a reconsideração do entendimento lastreador da terminativa recorrida ou, caso contrário, o processamento do recurso de agravo, na forma indicada na legislação processual.

No julgamento do vertente recurso a antiga Sétima Câmara Cível desta Corte Estadual, em decisão unânime, lavrou acórdão, nos seguintes termos:

124
d

"EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. PRIMEIRO DIA DO EXERCÍCIO FISCAL. RECURSO DE AGRAVO NÃO PROVIDO.

1 - Tratando do Imposto Predial e Territorial Urbano, o IPTU, a constituição definitiva dá-se com o lançamento, que ocorre no dia 1º de janeiro do ano correspondente, dia que deve ser tomado como termo inicial para a contagem do prazo prescricional.

2. Recurso de Agravo improvido.

3. Decisão unânime."

Ainda inconformado com os termos do acórdão supra, o ora agravante, o Município de Jaboatão dos Guararapes, interpôs recurso especial – inadmitido pela Vice-Presidência – o que deu ensejo a interposição de recurso de Agravo perante o STJ, o qual, à vista do que foi decidido no Resp nº. 1.111.124, PR, sob o regime do art. 543-C do CPC, determinou *"a devolução dos autos à origem, para que o presente Agravo em Recurso Especial seja convertido em Agravo Regimental a ser julgado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, nos termos da Questão de ordem no Agravo de Instrumento nº. 1.154.599, SP (Dje de 12.05.2011)"* (fl.98).

Procedido o julgamento do referido recurso pela Corte Especial, foi dado, em atenção ao art. 543-C, § 7º, II do CPC, provimento ao agravo regimental para reformar a decisão agravada e, em consequência, determinar *"a remessa dos autos ao Gabinete do relator do acórdão do recurso de agravo nº 246235-3/01, a fim de que, eventualmente, o órgão fracionário de origem possa exercer o juízo de retratação"*(fl.108/112), em face da flagrante contradição entre o acórdão recorrido e a posição do STJ tomada em recurso repetitivo(REsp. nº 1.111.124/PR). Eis o teor do julgado proferido pela Corte Especial:

"EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DO ART. 544 DO CPC CONTRA DECISÃO DA VICE-PRESIDÊNCIA QUE NÃO ADMITIU RECURSO ESPECIAL. CONVERSÃO EM AGRAVO REGIMENTAL PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. JULGAMENTO PELA CORTE ESPECIAL. REGIMENTAL A QUE SE DÁ PROVIMENTO, UMA VEZ QUE A DECISÃO AGRAVADA ESTÁ EM CONFRONTO COM O ENTENDIMENTO DO STJ TOMADO EM RECURSO REPETITIVO. DECISÃO UNÂNIME.

1- O STJ firmou entendimento no sentido de não ser cabível o recurso de agravo contra decisões fundamentadas no art. 543-C, §7º, inciso I, do CPC. Neste caso, o agravo deverá ser convertido em agravo regimental, a ser decidido pelo tribunal de origem.

2- Ao considerar o início da contagem do prazo prescricional como o primeiro dia do exercício fiscal, o acórdão recorrido se mostrou contrário ao que foi decidido pelo STJ no julgamento do REsp nº. 1.111.124/PR, ao qual foi aplicado o rito previsto no art. 543-C do CPC. No referido julgamento, foi decidido que a notificação do lançamento tributário relativo ao IPTU e, portanto, a data da

constituição definitiva do respectivo crédito, ocorre com a remessa do carnê de pagamento do referido imposto ao endereço do contribuinte. Assim, há flagrante contradição entre o acórdão recorrido e a posição do STJ tomada em recurso repetitivo.
3- Agravo provido por unanimidade."

É o relatório.

Recife, 24 / 09 / 2013.



DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS
RELATOR

126
W



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR

1ª Câmara de Direito Público
RECURSO DE AGRAVO nº 0246235-3/01
Agravante: MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES
Procurador: Dr. Luiz Keherle Cordeiro Bezerra
Agravado: COHAB - PE
Relator: DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS

VOTO

Com fulcro no art. 543-C, § 7º, II do CPC a Corte Especial determinou o reexame da decisão exarada pela 7ª Câmara Cível em face de flagrante desconformidade entre o acórdão por ela proferido – que considerou como constituição definitiva do crédito tributário(IPTU) e início da contagem do prazo prescricional o primeiro dia do exercício fiscal - com a orientação adotada pelo STJ(REsp. 1.111.124/PR) no qual foi decidido que a notificação do lançamento tributário relativo ao IPTU e, portanto, a data da constituição definitiva do respectivo crédito, ocorre coma remessa do carnê de pagamento do referido imposto ao endereço do contribuinte.

Do confronto entre os termos da decisão proferida pela 7ª Câmara Cível no julgamento deste recurso de agravo com os do acórdão paradigma apontado pela Corte Especial, é patente a divergência, impondo-se a adequação do julgado deste Tribunal ao entendimento firmado pelo STJ no citado REsp. nº 1.111.124/PR.

Extrai-se dos autos que o cerne da controvérsia cinge-se em definir o termo inicial da prescrição para a cobrança do crédito tributário no caso de tributos sujeitos a lançamento de ofício, no caso o IPTU.

Conforme orientação jurisprudencial pacífica do STJ, a constituição definitiva do crédito tributário, no caso do IPTU, se perfaz pelo simples envio do carnê ao endereço do contribuinte, consoante se observa do teor da Súmula 397/STJ:

"O contribuinte do IPTU é notificado do lançamento pelo envio do carnê ao seu endereço."

Todavia, o termo inicial da prescrição para a sua cobrança é a data do vencimento previsto no carnê de pagamento, pois esse é o momento em que surge a pretensão executória para a Fazenda Pública.

127

Nesse sentido, as ementas dos seguintes julgados do STJ:

"PROCESSUAL CIVIL. IPTU. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. VENCIMENTO. PRECEDENTES. 1. O termo inicial da prescrição referente ao IPTU é a data de vencimento prevista no carnê de pagamento. Precedentes. 2. Embargos de declaração conhecidos como agravo regimental. Agravo não provido." (EDcl no AREsp 44.530/RS, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJe 28.3.2012.)

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ALÍNEA "C". NÃO-DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA. 1. A constituição definitiva do crédito tributário, no caso do IPTU, se perfaz pelo simples envio do carnê ao endereço do contribuinte, nos termos da Súmula 397/STJ. Contudo, o termo inicial da prescrição para a sua cobrança é a data do vencimento previsto no carnê de pagamento, pois é esse o momento em que surge a pretensão executória para a Fazenda Pública. (...) 3. Agravo Regimental não provido." (AgRg no Ag 1.310.091/SP, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 2.9.2010, DJe 24.9.2010.)

"PROCESSUAL CIVIL - TRIBUTÁRIO - RECURSO ESPECIAL - EXECUÇÃO FISCAL - IPTU - ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 302 DO CPC - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - SÚMULA 211/STJ - INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DOS ARTS. 131, 458 E 535 DO CPC - ANÁLISE DOS REQUISITOS DA CDA - SÚMULA 7/STJ - PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL - DESNECESSIDADE DA SUA JUNTADA AOS AUTOS DA EXECUÇÃO - PRESCRIÇÃO - TERMO INICIAL - ENVIO DO CARNÊ DE PAGAMENTO - SÚMULA 397/STJ. (...) 5. A constituição definitiva do crédito tributário, no caso do IPTU, se perfaz pelo simples envio do carnê ao endereço do contribuinte, nos termos da Súmula 397/STJ. Entretanto, o termo inicial da prescrição para a sua cobrança é a data do vencimento previsto no carnê de pagamento, pois é esse o momento em que surge a pretensão executória para a Fazenda Pública. 6. Necessidade do retorno dos autos à origem para a análise da incidência da prescrição à luz do entendimento jurisprudencial do STJ. 7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, parcialmente provido." (REsp 1.180.299/MG, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 23.3.2010, DJe 8.4.2010.)

Trilhando similar entendimento, o Des. Jorge Américo Pereira de Lira, integrante desta 1ª Câmara de Direito Público, ao apreciar o AP 0290507-5(DJ: 30.11.2012), registrou, com precisão, que *"conforme orientação sumulada pelo c. Superior Tribunal de Justiça, tratando-se de exação referente a IPTU, a notificação do lançamento, que constitui definitivamente o crédito tributário, se dá com o recebimento do carnê de pagamento, o qual conterá os dados relativos ao imóvel sobre o qual incide o tributo, além das datas de pagamento*

127

das parcelas, ou cota única, que não terão vencimento inferior ao prazo para o proprietário do imóvel impugnar a notificação. Senão vejamos: Súmula 397 - STJ: "O contribuinte do IPTU é notificado do lançamento pelo envio do carnê ao seu endereço." Com o decurso do prazo para impugnação, pode a autoridade exigir-lo administrativamente do contribuinte, facultando seu parcelamento ou atribuindo-lhe data posterior de vencimento. Nesta hipótese, a sua exigibilidade judicial ficará condicionada ao inadimplemento do sujeito passivo. E, somente a partir do dia seguinte à data de seu vencimento, constatada a ausência de quitação do débito, poderá a Fazenda Pública demandar judicialmente para ver satisfeito seu crédito tributário. Dessa forma, o termo inicial da prescrição para cobrança do IPTU é a data de vencimento previsto no carnê de pagamento."

Conclui-se, portanto, que em relação ao IPTU, o fato gerador ocorre em 1º de janeiro, prazo a partir do qual a autoridade fiscal deverá lançar a exação; a constituição definitiva do crédito de IPTU ocorre com a entrega do carnê; e o termo inicial da prescrição para sua cobrança é a data de vencimento do imposto.

Na hipótese dos autos, o termo inicial da prescrição ocorreu em 17.02.2003(data do vencimento)¹ e a presente execução fiscal foi proposta em 30.01.2008.² Logo, não há falar em prescrição, porquanto não decorridos mais de cinco anos entre a data do vencimento e a propositura da ação.

À vista do exposto, em novo exame da matéria, realizado com fulcro no art. 543-C, § 7º, II do Código de Processo Civil, o meu voto é proferido no sentido de REFORMAR os termos do acórdão outrora exarado pela Egrégia Sétima Câmara Cível, para que seja dado provimento ao presente recurso de agravo e, por conseguinte, dar provimento ao apelo do ora agravante, para que seja afastada a prescrição decretada pela sentença de primeiro grau e determinar o retorno dos autos à vara de origem para prosseguimento da execução fiscal.

É como voto.

Recife, 24 / 09 / 2013

DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS
RELATOR

¹ Conforme documento de fl.09 dos autos em apenso.

² Carimbo às fls. 02 dos autos em apenso.